por unanimidade). Item 2. Solicitação de Voto CMH nº017/2015. **Sr. Edmundo –** Essa solicitação de voto trata-se de três convênios assinados por três entidades que participaram do processo de credenciamento e seleção de mutirão, em 2004, e foram contempladas com essas áreas para desenvolver dois empreendimentos. E esses projetos foram passados para o Programa Minha Casa Minha Vida FAR. Porém, com a Portaria 595, que impediu que os movimentos pudessem ter sua demanda atendida pelo FAR, não podia mais ser atendida a demanda originária dos convênios. A forma que encontramos para poder viabilizar o atendimento da demanda e as entidades não ficarem prejudicadas, tendo elas um convênio assinado com a Prefeitura, com a COHAB, foi transferir as áreas para o FDS. Então, essas duas áreas vão para o FDS, o que a Caixa aceita, que é do Programa Minha Casa Minha Vida Nacional, e será desenvolvido o projeto com as três associações. Dentro dessas três, serão dois empreendimentos, já acordados com as associações. E as entidades receberão a opção do terreno, ou em forma de doação ou em forma de contrapartida, para poder desenvolver os empreendimentos e dar continuidade ao que era o mutirão na sua origem. **Sr. Dito –** Queria manifestar a nossa concordância com esse voto. Mas é lamentável uma associação esperando quinze anos um empreendimento habitacional da prefeitura. Então, essa é uma questão que precisamos discutir e debater bastante também: a modelagem desses processos, para que possamos garantir que os empreendimentos sejam feitos dentro das gestões em que se iniciam os processos de licitação. **Sra. Júlia –** Certamente, o tempo nos espanta. Temos votado muita coisa no Conselho que tem a ver com dez, quinze anos atrás. Como existe um processo de seleção de entidades para participação do Minha Casa Minha Vida Entidades, esse formato que está sendo proposto está compatível com as mesmas regras a que as entidades estão sendo submetidas naquele processo de seleção, em relação à habilitação? Se houve um processo seletivo anterior e não só em relação ao processo seletivo, mas em relação a prazos, formas de passagens dos terrenos, os procedimentos vão ser equivalentes àqueles adotados no edital? **Dra. Vera –** Houve um processo seletivo lá, atrás, onde as entidades preencheram todos os requisitos, naquele momento. Existe uma cláusula que, se houvesse atraso no repasse dos valores, esse convênio continuaria a ter vigência. Como houve atraso, ele continua em vigência. A Administração tomou a máxima cautela e tem certeza de que o que está sendo feito está dentro dos princípios legais. **Sra. Júlia –** Os prazos serão iguais? **Sr. Edmundo –** Os prazos são outros e serão estabelecidos com as próprias entidades. Essa área foi fruto de uma ocupação, foi reintegrada recentemente. Então, os prazos terão que ser revistos por conta do procedimento da reintegração de posse, feita em março deste ano. **Sr. Dito –** As entidades estão ou não habilitadas? **Dra. Vera –** Elas foram habilitadas no Ministério das Cidades em 2015. **Sr. Edmundo –** Só pode fazer o convênio do FDS se estiver habilitada no Ministério das Cidades. **Sra. Maria Isabel –** Sou plenamente a favor. Acho que o Conselho, parte dele, tem essa função mesmo, de dar esse aporte, que seja num terreno, ou com recurso, para empreendimentos das entidades. O terreno já é da COHAB? **Sr. Floriano –** Sim. **Sra. Maria Isabel –** Aqui também há um número de unidades diferente, quando coloca-se ao final do texto que os empreendimentos são o Porto Feliz A e o Porto Feliz B. Há número de unidades estimado. E, ao mesmo tempo, inicialmente, estava colocado que os convênios de 2004 tinham outro número de unidades. **Sra. Silvia –** O primeiro número de unidades que aparece nessa solicitação de voto é referente às unidades comprometidas nos respectivos convênios. Então, cada convênio foi assinado para aquele número de unidades. O processo se alterou, os empreendimentos iriam ser feitos pelo FAR. Nesse momento em que seriam feitos pelo FAR foram desenvolvidos projetos e os projetos geraram esse outro número de unidades. E agora as associações estão querendo rever esses projetos, que estão em discussão. Temos uma reunião marcada na semana que vem para a discussão de projetos e número de unidades, quer dizer, esses estudos podem ainda alterar esses números de unidades. E estando habilitados para isso, acho que não haverá problema em contratar outro número de unidades e ter um aproveitamento maior do terreno. **Sr. Floriano –** Em votação a solicitação de voto, (Não há manifestação contrária) É considerada aprovada a Solicitação de Voto CMH nº017/2015. **Sra. Ana Maria –** Item 3. Solicitação de Voto CMH nº018/2015. **Sr. Jair –** Retiro esse voto da pauta, para uma melhor discussão sobre o assunto. **Sr. Floriano –** Há uma deliberação do Conselho, desde o ano passado, de suplementar os recursos do empreendimento Lageado, R$ 1,250 milhão, e Unidos Venceremos, mais R$ 907 mil. Conseguimos viabilizar isso com a Secretaria de Finanças. Estamos construindo essa solução. Está resolvida a questão orçamentária. **Sra. Ana Maria –** Item 4 da pauta. Recebemos um ofício em fevereiro do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, pedindo que fossem escolhidos aqui, em assembleia, um membro titular e um membro suplente, para compor o Conselho Municipal de Política Urbana. **Sr. Abraão –** Discutimos aqui e ficou encaminhado o Dito, como titular, e a Bel, como suplente. Lembrando que os dois participam da reunião. **Sr. Floriano –** Mais alguém se candidata? Alguém se opõe? (Não há manifestação do Plenário) Aprovados os nomes. **Sra. Ana Maria –** Item 5. Outros assuntos. **Sr. Dito –** Houve a constituição de um Grupo de Trabalho, junto ao GT Demanda, para discutir uma nova formatação para o Parceria Social e para o Auxílio Aluguel e também para toda essa situação das famílias que estão aguardando esse tipo de atendimento que estamos chamando de atendimento provisório. Aqui estão vários idosos que recebiam ou o Parceria Social ou o Auxílio Aluguel e isso lhes foi cortado. Não sabemos o motivo. Fizemos uma discussão no Grupo de Trabalho, aprovamos no Conselho um GT, definimos um plano de trabalho e um plano de ação e achamos desrespeitoso que a Secretaria aprove uma portaria para tratar do mesmo assunto, sem o GT discutir o conteúdo da portaria. A segunda questão é em relação ainda aos idosos. Temos um problema: o Programa de Locação Social foi completamente abandonado pela prefeitura, sem perspectiva de quando a Secretaria irá retomar os encaminhamentos. Mas os projetos de Locação Social que existem, que estão sob a gestão e responsabilidade da COHAB, estão em situação caótica. Por exemplo, a Vila dos Idosos: tudo quebrado, com infiltrações. Os idosos estão sugerindo que a prefeitura deixe de fazer a administração e passe para uma administração privada, o que acho preocupante. Então, gostaria de fazer a seguinte sugestão: numa próxima reunião fazermos um debate sobre a situação desses empreendimentos, sobre a perspectiva do Locação Social, e que os conselheiros organizem uma visita a esses empreendimentos. **Sr. Floriano –** Convocaremos os senhores para uma reunião extraordinária, dia 28 de maio. E todos esses assuntos podem ser colocados na pauta da reunião. O Programa Parceria Social estava sendo migrado para o Auxílio Aluguel. E aí se abre um processo individual para cada família para analisar o grau de vulnerabilidade. Sobre a questão da portaria que foi feita para regulamentar ao Aluguel Social, precisávamos urgentemente regulamentar juridicamente como poderíamos atender as pessoas de grande precariedade, de uma maneira individualizada, por processo, caso a caso. A regulamentação é o princípio de um trabalho que deixaremos fundamentado dentro da Secretaria de Habitação. Nada impede a continuidade dos trabalhos do GT para sugestões e podemos utilizar os resultados desse Grupo de Trabalho e inserir na portaria. O importante é que, a partir de agora, temos um amparo legal, um amparo jurídico, para poder dar Auxílio Aluguel para as pessoas de grande vulnerabilidade. Referente ao Locação Social, ainda não temos uma definição do prefeito, do governo, para colocar aqui, no Conselho. Mas, com certeza, em breve vamos trazer uma política de Locação Social bem regulamentada, bem atualizada, com recursos disponíveis. **Sr. Dito –** O senhor tem condições de agendar uma visita com as famílias, na Vila dos Idosos? O senhor pode ir também? **Sr. Floriano –** Sim. **Sra. Júlia –** Queria me manifestar em relação a essa portaria, como coordenadora do GT Demanda. Essa portaria não só é um desrespeito ao trabalho do GT, como também tem vícios graves formais e materiais. Um desrespeito porque existe um Grupo de Trabalho aprovado por este Conselho, em deliberação do Pleno do Conselho, do qual fazem parte não só pessoas da Sociedade Civil, Movimentos, mas, também, a sua própria equipe do gabinete. Então, o mínimo de consideração a esse grupo seria encaminhar essas sugestões da portaria, para discussão no Grupo de Trabalho. Em relação a vícios graves, formais e materiais, formais porque temos uma resolução de dezembro do ano passado, que criou esse Grupo de Trabalho e deu 120 dias para que ele apresentasse as propostas. O grupo é competente, está dentro do prazo para poder fazer todas as alterações. Então, essa portaria tem um vício grave porque está desrespeitando uma resolução aprovada, inclusive, com sua presidência e negociada por todos aqui, do Conselho. E, materialmente, começamos a ver que foram feitas alterações substanciais no regramento de alguns programas, no Programa Auxílio Aluguel, alterações que violam expressos de dispositivos de lei. A Lei Federal nº12.340 determina que, em remoções de área de risco, as prefeituras são obrigadas a dar atendimento provisório e um atendimento definitivo. E esse atendimento provisório tem que perdurar até o definitivo. Então, essa portaria corta, por exemplo, o Auxílio Aluguel de várias famílias que estavam no atendimento provisório. E o grupo de diagnóstico, criado pela Resolução nº62, já apresentou e sabemos que, das 28 mil famílias que estão no aluguel, a maior porta de entrada é área de risco, seja risco potencial ou emergencial. Duas hipóteses que essa nova portaria, que pega todo mundo de surpresa, tira do atendimento continuado até o atendimento definitivo. Além disso, havíamos feito uma solicitação para apresentar hoje, nesta reunião, o que já produzimos de estudos e trabalhos dentro desse GT e foi feita uma solicitação para que não fossem apresentados trabalhos em andamento. E que só poderíamos nos dirigir ao Conselho com os resultados dos nossos trabalhos quando houvesse uma minuta de solicitação de voto. Então, Secretário, acho que essa postura acaba sendo até antidemocrática. E o senhor está dizendo que as famílias do Parceria estavam migrando para o Auxílio Aluguel. O Auxílio Aluguel é um programa previsto única e exclusivamente por uma portaria da Secretaria de Habitação, ou seja, com base em uma canetada muda-se sem ouvir este Conselho. Uma das coisas que estamos colocando no Grupo de Trabalho é que qualquer programa de atendimento provisório tem que se voltar para a competência deste Conselho, que é o órgão responsável por implementar, fiscalizar e executar a política habitacional do município. Isso não pode ser colocado exclusivamente nas mãos da Secretaria ou por meio de portaria. E, se as famílias estavam migrando e nenhuma outra família estava entrando no Parceria, não foi por deliberação deste Conselho, porque este Conselho nunca votou pela extinção do Parceria Social. Estou aqui apresentando meu repúdio a essa portaria. E reitero aqui publicamente meu pedido para uma reunião extraordinária, para o final de maio, para que apresentemos os resultados do trabalho. Faço um apelo para que os integrantes desse GT participem. Eu, como coordenadora, estou acumulando os papeis de coordenadora e relatora e ainda sou surpreendida com esse tipo de postura. Peço a revogação imediata dessa portaria. **Sr. Floriano –** Não podemos fazer isso, mas vamos deixar o dia 28 de maio para uma colocação do voto, para discutir esse assunto. Eu não tinha, até essa portaria, um amparo jurídico fundamentado para decidir se íamos ou não atender uma família. E, dentro desse ano, o número de famílias que estão em situação de muita precariedade cresceu muito. O Parceria Social não tem recursos dentro do Fundo Municipal. Estamos fazendo um GT, discutindo a questão do Parceria, que é subvencionada pelo Fundo Municipal, mas o Fundo Municipal não tem recursos. Então, definimos a política. Mas onde não há recursos financeiros, é preferível fazer a migração caso a caso de quem recebe o Parceria Social. Pelo menos há uma oportunidade de continuar pelo atendimento do Aluguel Social. Essa decisão ajuda a comunidade, ajuda as pessoas carentes, e não o contrário. A decisão de fazermos uma portaria de regulamentação é porque chegam à Secretaria diversos pedidos diariamente de atendimento habitacional. O GT continua os trabalhos, termina os trabalhos, apresenta os resultados e podemos alterar alguma regulamentação, algum item que está regulamentado e inserir o que for definido pelo GT. **Sra. Maria do Planalto –** Em setembro, quando estivemos aqui, numa reunião do Conselho, fiz uma pergunta ao senhor, Secretário, sobre a questão dos idosos deficientes, câncer, Aids, que não têm condições de trabalhar, e o senhor pediu que um rapaz aqui marcasse a reunião com o senhor. Fui falar com o moço e ele disse que ele não poderia marcar a reunião porque ele era seu repórter. Então, queria saber com quem devo marcar a reunião com o senhor. Acho uma pouca vergonha essa coisa da COHAB, uma falta de respeito essa portaria que vem aqui, porque nem nós queremos essa esmola do Parceria Social. Estamos indo à COHAB, falamos com Felinto, com Ricardo, com Bruno e nada! Chegamos no Felinto, no Bruno, no Ricardo e: "A COHAB faliu". Então, se a COHAB faliu, feche a porta, gente! Chegamos lá e o Bruno diz: "Tem que vir ordem de cima. É do maior". Quem é o maior dentro da COHAB? Quem é o maior para poder dar uma explicação para o Movimento de Moradia? E as famílias do Alto Alegre passaram pelo Ministério Público, eram do Parceria Social, estavam recebendo o aluguel-bônus de R$ 900,00, de quatro em quatro meses, de cinco em cinco meses. Íamos lá, implorávamos e o cheque vinha. Desde setembro, Secretário, não sai nenhum cheque! Ainda não nasceu um governo para fazer moradia para famílias de baixa renda! **Sra. Débora –** Na última reunião da Comissão Executiva, o Secretário nos informou que havia 27 mil unidades em obras. Então, gostaríamos de ir conhecer essas obras; formar, talvez, grupos dos conselheiros para visitar essas obras, saber quais são os locais, que obras são essas, que projetos são esses. **Sr. Floriano –** Está tudo no HABISP. É só entrar no site. **Sra. Débora –** Não. Gostaríamos de fazer um grupo de conselheiros e visitar essas obras. Não por site. **Sr. Sidnei –** Fora o que já foi pedido, devemos fazer a conferência para diagnosticar de verdade o déficit, o tamanho do problema desta cidade. Não dá mais para brincarmos de fazer conselho. Este Conselho foi uma luta dos movimentos, foi uma luta para ser deliberativo, foi uma luta para acompanhar o orçamento do município e hoje falamos que não há dinheiro para o Parceria. Passou por onde? Por dentro das finanças, gabinete do prefeito e por nós não passou? Se passasse por aqui, íamos discutir um percentual no mínimo para que pudéssemos atender os idosos. Onde está a produção de casas nesta cidade? Onde há produção do FDS? Onde há produção de moradia com o HIS nesta cidade? Onde há urbanização de favelas, onde há atendimento de área de risco? Não conheço! Não estou sentindo nessa gestão esse esforço. É preciso diagnosticar também as produções com as construtoras do FAR, como vão atender. Acho que temos que agir com seriedade neste Conselho. **Sra. Carmen –** Queria pedir a esta Mesa e a este Conselho que dessem uma resposta ao Ministério Público, porque o Promotor Maurício vai a uma rede de TV, dizer que nós, Movimentos Sociais, estamos furando fila e que a Secretaria de Habitação, que esta gestão, não tem que atender movimento que ocupa. Aqui está a fila, já estão todos velhinhos esperando e a fila nunca andou! Essa é a população que o Ministério Público diz que está furando fila. E a prova está aqui: onze anos, três associações esperando que o seu projeto tenha recurso para ser feito! Então, gostaria de propor a este Conselho chamar um representante do Ministério Público aqui para tirar esse tabu dessa fila, mesmo porque direito não tem fila. Secretário, tenho uma amiga, Martinha, que nasceu em 1941, morando no Parque do Gato, no sexto andar. Infelizmente, está acometida de câncer e ela não pode receber assistência social para fazer a quimioterapia indusive porque ela não pode descer as escadas e a quimioterapia não pode subir. Gostaria de pedir a transferência para a Vila do Idoso. Tenho conhecimento que tem duas vagas. Está aqui o laudo médico. **Sr. Abraão –** Acho que é importante fazer um convite ao Ministério Público para que numa reunião nossa aqui possa haver representante do Ministério Público, para que possamos discutir. É muito fácil um promotor de Justiça criminalizar os movimentos de moradia, sem saber a luta de cada um de nós. Logo no início do ano, em uma das reuniões que fizemos aqui, foi apresentado o orçamento do município sem que passasse por nós, sem termos o direito a debater ou incluir qualquer reivindicação orçamentária para o orçamento do Município de São Paulo. Hoje a informação que temos é que o dinheiro que havia no Fundo não existe mais. Não dá mais para admitirmos isso, sem que se discuta conosco e tirando dinheiro previsto no Fundo. Então, queria também deixar a minha indignação relativa a essa atitude tomada – não sei se foi pela Secretaria de Finanças, não sei se foi pelo próprio prefeito, Se foi pelo Haddad, apesar de ele ter o poder da caneta, foi um procedimento equivocado, porque, se somos conselheiros, eleitos democraticamente pela Cidade de São Paulo, qualquer coisa que venha a acontecer perante a prefeitura tem que passar por nós. **Sra. Júlia –** Discordo de alguns pontos aqui colocados como justificativa pelo Secretário. Existiu um embasamento jurídico, que era a Portaria 114, Se houvesse urgência, tínhamos aquele prazo de 120 dias, e poderia ter passado pelo grupo antes. Em relação a um aumento do número de famílias nesses programas, também não é verdade. Os dados que foram apresentados pelo subgrupo de diagnóstico instituído pelo senhor, Secretário, mostra que o maior número de famílias que foi incluído no Auxílio Aluguel não foi incluído nem no ano passado e nem neste ano. São pessoas que já estão há muito tempo no Auxílio Aluguel, aliás, 42% das famílias estão há mais de cinco anos recebendo esse apoio provisório. **Sr. Floriano –** Júlia, eu disse que chegaram muitos pedidos este ano, muito mais do que nos outros dois anos que eu estava aqui. Não é que foram aceitos. **Sra. Júlia –** Em relação à falta de recursos, acho que temos que resgatar a força deste Conselho porque não podemos aqui votar e sempre estar esvaziado pela questão financeira. Também quero lembrar que naquela reunião em que foi apresentado o orçamento foi feito um esclarecimento de que é possível sim fazer a suplementação, passar verba do orçamento municipal para o Fundo, como vinha sendo feito em todos os anos para complementar o orçamento necessário para o Parceria Social. Temos recebido no Escritório Modelo ligações de inúmeras famílias que estão tendo os seus Auxílios Alugueis cortados por conta de interrupções no pagamento e sabemos que há uma diretriz da prefeitura de cortar várias despesas, de conter o orçamento. Então, o fato de estar no Fundo, ligado a um programa do Fundo ou ligado a um programa que está no orçamento geral, não garante a continuidade do pagamento, como temos visto. É uma situação muito séria e temos que ter mais cuidado. **Sr. Floriano –** A verba de atendimento habitacional deste ano não foi cortada em nenhum momento. O que estava dentro da previsão orçamentária do ano passado continuou para este ano. Então, temos R$ 100 milhões e mais, fora as famílias que são atendidas dentro das operações urbanas. O que aconteceu foi uma questão de Tecnologia de Informação, que está gerando esse atraso nos pagamentos de alugueis. Vou deixar bem claro aos senhores que a única verba que é realmente sagrada para o prefeito, para o secretário, que não mexemos e não cortamos, é a verba de atendimento habitacional. O sistema é integrado ao Banco do Brasil e eles não conseguem passar a mensagem para o banco autorizar o pagamento. E o banco não aceita de forma formal, por exemplo, que eu assine um documento e leve ao banco, para pagamento do Aluguel Social. Então, estamos trabalhando vinte e quatro horas por dia com os técnicos de informática para poder colocar nosso programa trabalhando efetivamente com o programa do Banco do Brasil, para conseguir colocar em dia o pagamento do Aluguel Social. Peço desculpas por esse atraso, mas não é falta de recursos. Estourou-se a capacidade do sistema por causa do número de famílias que ingressaram, que estão hoje sendo contempladas com o Aluguel Social. A previsão dos nossos técnicos é que até o dia 10 de maio seja tudo concluído dentro do sistema, dentro do Banco do Brasil, e os Aluguéis Sociais, tudo que estamos pagando vai ser colocado imediatamente em dia. **Sr. Dito –** Sabemos da história de luta do movimento, do MSTC, em torno da reforma do Prestes Maia. Houve uma reunião, dez dias atrás, na prefeitura, com o Secretário Padilha e com o Secretário de Habitação, o Dr. Floriano, e nessa reunião o Padilha mencionou que é uma pretensão da prefeitura demolir o Prestes Maia. Estamos manifestando essa preocupação em relação ao Prestes Maia. O Movimento disse que já tinha um laudo, inclusive, o laudo é feito pela COHAB. Está aqui o laudo antigo, sem a necessidade de se demolir o Edifício Prestes Maia. O Movimento quer fazer a reforma do edifício e morar lá, se possível, pelo Minha Casa Minha Vida Entidades. Então, queremos entregar o laudo ao Secretário e pedir uma reunião também para tratar dessa questão, agora, com o laudo em mãos. E solicitamos que um outro voto entrasse na pauta hoje, mas não foi possível porque ficou sob análise técnica da Secretaria. A proposta do nosso voto era a seguinte: fizemos uma luta, e não só o Movimento de Moradia, mas os técnicos e a própria prefeitura, para aprovar o Plano Diretor da Cidade de São Paulo. E o Plano Diretor da Cidade criou, na verdade já existia, mas incrementou um fundo, chamado FUNDURB, que capta de recursos da iniciativa privada. E 30% desse recurso vão para o FUNDURB. Outros 30% vão para mobilidade. E os outros 30% vão para outras atividades da Administração. Dos 30% da habitação, fizemos o levantamento e sabemos que existiam R$ 300 milhões no FUNDURB. Estamos aqui nessa tristeza, nesse lamento porque o recurso do nosso Fundo Municipal de Habitação está zerado, mas existem R$ 300 milhões no FUNDURB. Para podermos encaminhar e acessar esse dinheiro, a Secretaria Municipal de Habitação, com base na lei do Plano Diretor, tem que apresentar um plano de investimentos que tem que ser aprovado, até para viabilizar a compra de terrenos, conforme diz o Plano Diretor, e esse Plano de Investimentos tem que ser aprovado pelo Conselho Municipal, pelo Conselho do FUNDURB. Esse Plano de Investimentos foi elaborado pela Secretaria e não participamos dele. A Secretaria apresentou o Plano de Investimentos, que foi aprovado pelo Conselho do FUNDURB, passou lá pelo Conselho, e nós, sequer, participamos desse debate. Então, o que fizemos de proposição nesse voto? O nosso voto propunha que 40% desse recurso seriam para pagar os recursos do Minha Casa Minha Vida Entidades, os terrenos que estão desapropriados. E os outros 60% ficariam para a prefeitura, para a Secretaria Municipal de Habitação investir em outras questões, no FAR, em urbanização de favelas, compra de terrenos, para fazer o que quisesse. Essa era a primeira parte do voto. A segunda proposta do conteúdo do nosso voto seria que os próximos Planos de Investimentos passassem pela deliberação deste Conselho de Habitação. Ou seja, que a Secretaria, antes de levar essa discussão ao FUNDURB, traga essa discussão ao Conselho Municipal de Habitação. Fui surpreendido porque protocolamos o voto, feito pelo Conselheiro Sidnei e por mim, a tempo. E esse voto, por questões técnicas (foi essa a informação que nos deram) não veio ao Conselho. Participamos de uma reunião com o Secretário, a Ana, a Dra. Vera, o Jair e o Osmar, para ouvir as explicações, e houve uma sugestão: a construção de um voto de modo que pudéssemos participar da discussão do novo Plano de Investimentos. A outra questão é que, ontem, em conversa com o Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas Urbanas, Desenvolvimento Urbano, ele me disse que há mais dinheiro. Então, Secretário, se há mais dinheiro, queremos discutir. Precisamos pagar os terrenos do Minha Casa Minha Vida Entidades, que o prefeito assumiu conosco, porque não adianta nada participar de um processo de licitação e, depois, ficar com os terrenos no papel, sem viabilidade alguma. E formamos essa comissão para encaminhar esse voto porque ele é fundamental e estratégico para ter recursos, para discutirmos aqui, no Conselho. **Sr. Floriano –** Então, fica para a próxima reunião a colocação do voto da melhor forma possível. **Sra. Nilda –** Estamos com problemas na Zona Sul também. No Movimento, estamos recebendo várias famílias por dia. Neste Conselho aqui, temos que ter mais respeito, Secretário. Os conselheiros têm que ser mais respeitados porque não dá para estarmos aqui, enquanto conselheiros eleitos pela população, e chegarmos para a população sem nenhuma informação concreta do que está acontecendo. Porque o pessoal aqui não sabe dizer para as famílias o que está acontecendo. **Sr. Floriano –** É um problema de informatização. Ninguém cancelou o Aluguel Social. Podem avisá-los porque é a informação correta. **Sra. Nilda –** Queria inclusive propor, assim como fomos no dia 15, para Brasília, Dito, se for o caso, nos mobilizarmos aqui, os movimentos, e irmos cobrar. Não dá para ficarmos aqui brincando de sermos conselheiros de habitação. Não vamos aceitar o corte do Auxílio Aluguel de pessoas, de idosos, de deficientes, e muito menos do pessoal que está aí, que saiu das áreas de risco com essa promessa. A Secretaria de Habitação aqui tem por obrigação fazer um documento por escrito para os conselheiros dizendo qual é a situação atual do Auxílio Aluguel. **Sra. Márcia –** A respeito da Conferência Municipal de Habitação, temos um GT que ainda não começou. Estou propondo uma reunião na terça-feira que vem, dia 28, às 10h, aqui, na SEHAB, para começar os trabalhos, para organizarmos a conferência. Sobre o GT do Plano Municipal de Habitação, vamos retomar também na semana que vem, possivelmente, no dia 30, com a primeira reunião do GT. **Sra. Tais –** Em nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, estamos distribuindo o livro com o Plano Diretor ilustrado, e a cartilha, com as estratégias ilustradas. O intuito é divulgar, de forma didática, o conteúdo da lei. **Sr. Floriano –** Obrigado a todos. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – GESTÃO 2014/2016

Data: 28/05/2015- Horário: 14 horas

Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 10º andar sala 102– Edifício Martinelli

1 - Ata da 5ª Reunião Ordinária da 5ª Gestão do CMH - 2014/2016 realizada em 23 de Abril de 2015.

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos conselheiros participantes da reunião;

2 -Solicitação de Voto CMH nº 19/2015 – Minuta de Resolução que aprova a forma de articulação entre o Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do FUNDURB e o Conselho Municipal de Política Urbana

Conselheiros Responsáveis: José Floriano de Azevedo Marques Neto, Benedito Roberto Barbosa, Sidnei Antonio Euzébio Pita

Deliberação: A pedido da Conselheira Júlia de Azevedo Moretti e do Conselheiro José de Abraão, o texto da minuta da Resolução que aprova a forma de articulação entre o Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do FUNDURB e o Conselho Municipal de Política Urbana, deverá ser revisado pelos Conselheiros e a proposta da redação encaminhada à Secretaria Executiva do CMH até 10 de junho de 2015 para reapresentação na próxima reunião ordinária a ser realizada em 25/6/2015. O Conselheiro Élcio Sigolo sugeriu que seja incluído no texto da Resolução que os representantes do CMH no Conselho gestor do FUNDURB e no Conselho Municipal de Política Urbana compartilhem com os membros o CMH em todas as reuniões ordinárias sobre os assuntos relevantes que foram tratados naqueles Conselhos para os quais os mesmos foram indicados.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Balanço Financeiro
Janeiro/2015

em R$

INGRESSOS			DISPENDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	363,752,99		DESPESA ORÇAMENTARIA (VI)	235,052,479,88	
ORDINÁRIA	363,752,99		ORDINÁRIA	235,052,479,88	
TESOURO MUNICIPAL	-		TESOURO MUNICIPAL	235,052,479,88	
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	363,752,99		RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	196,692,99	
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-		RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	
VINCULADA	-		VINCULADA	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-		TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-		TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-		FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	
OUTRAS FONTES	-		OUTRAS FONTES	-	
RECEITA CONSOLIDADA	-		RECEITA CONSOLIDADA	-	
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-		TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	-		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	-	
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-		INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-		PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-		PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	227.834,315,82		PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	2.243.450,83	
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS A PAGAR	222.243,196,70		PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	
EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	2.470,191,34		PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.405,811,79	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.191.115,08		DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.403,905,91	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	26,772,04		OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	33,233,13	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	21.058.066,89		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	18.609.962,59	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.058.066,89		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.609.962,59	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-		DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-	
Total (V) = (I+II+III+IV)	249.116.133,30		Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	249.116.133,30	

Nota: DADOS PRELIMINARES.

Janete Lunardi
Contadora Geral
CRC 188.121/O-2 RF 07946

Adonis Rodrigues de Souza
Gerente Técnico Contábil Financeiro
CRC 101.389/O-0 RF 4414

Dra. Regina Pedro Alfaia
Superintendente
HSPM

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 30 de maio de 2015 às 03:26:44.